



FUNCIONALISMO Por reajuste salarial, categorias anunciam calendário de mobilização, com paralisações a partir de 18 de janeiro. Se não houver avanço nas negociações, estudam parar por tempo indeterminado em fevereiro

Elite dos servidores ameaça com greve geral

» ISRAEL MEDEIROS
» TAÍSA MEDEIROS

Saiba mais

Diplomatas e peritos

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) concentra 37 associações e sindicatos, das quais 30 são a nata do funcionalismo, como diplomatas e peritos, assim como servidores do Tesouro Nacional, Controladoria-Geral da União (CGU) e da Receita Federal.

Negociações frustradas

Até 18 de janeiro, os sindicatos planejam levar demandas aos órgãos competentes para demonstrar que as tentativas de negociação foram frustradas.

A elite do funcionalismo público planeja cruzar os braços já em janeiro, e a máquina pública corre risco de sofrer um shutdown em fevereiro. O movimento é uma resposta à atitude do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) de reservar R\$ 1,7 bilhão do Orçamento de 2022 para reajuste salarial apenas de servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) — que são base de apoio do Executivo.

Com salários congelados há dois anos, diversas carreiras típicas de Estado — como as de servidores do Banco Central, da Receita Federal, da Controladoria-Geral da União e do Tesouro Nacional — reuniram-se, ontem, para definir um calendário de mobilizações a partir do mês que vem.

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) definiu para 18 de janeiro a primeira paralisação com o objetivo de pressionar o governo em busca de reajuste salarial.

No mesmo mês, segundo o calendário divulgado, os servidores planejam entregar cargos em comissões em órgãos públicos e promover manifestações de diversas categorias. Já em 25 e 26 de janeiro, as mobilizações nacionais retornam. Caso as negociações não avancem, representantes se reunirão, na primeira semana de fevereiro, para realizar novas assembleias e deliberar sobre a necessidade de uma eventual greve geral.

Segundo o presidente da Fonacate, Rudinei Marques, a entidade discutiu a política remuneratória do governo federal e as perdas acumuladas, "que, desde 2017, para a maior parte dos

servidores públicos federais, já somam 27,2%, medidas pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)".

Marques argumentou que o governo Bolsonaro é o primeiro, em 20 anos, a não conceder reajuste aos servidores. Cálculos divulgados pelo Fonacate, dão conta de que, apenas nesta gestão, a perda salarial por causa da inflação poderá chegar a 26,3%. "O governo, sem uma política remuneratória adequada, nos deixa poucas alternativas, senão uma mobilização geral", enfatizou.

Há quatro dias, auditores da Receita Federal estão parados em todo o país. Eles cobram a regulamentação do bônus de eficiência e criticam a falta de espaço

orçamentário para reajustes salariais. Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), cerca de 738 integrantes da categoria tinham entregado os cargos de chefia até segunda-feira.

A greve da Receita afeta, principalmente, alfândegas, portos e aeroportos, causando lentidão em importações e exportações. Apenas no porto de Santos, o principal do país, os prejuízos diários em arrecadação podem chegar a R\$ 125 milhões.

As negociações internas a respeito das paralisações já ocorrem, também, em cada sindicato. Ontem, o Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical) realizou a primeira assembleia a respeito da paralisação prevista para 18 de janeiro. A previsão é de que, antes da data, outra assembleia seja realizada para debater demandas específicas da operação do Tesouro e da Controladoria-Geral da União (CGU).

O último aumento salarial desses servidores foi em janeiro de 2019. "Se não houver nenhum reajuste neste próximo ano, só neste governo, a gente perde 26% para a inflação até dezembro do ano que vem", afirmou o presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira. Ele definiu como "discriminação" o reajuste concedido aos profissionais da segurança pública. "A renda de todos os trabalhadores precisa ser preservada, e não só de uma ou outra categoria", sustentou.

Fábio Faiad, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), criticou o esforço do governo para beneficiar aqueles que são seus aliados. "Em vez de sair um reajuste geral, fizeram reajuste só para os policiais. Parece que conceder para uns e não para outros fica uma situação de beneficiar

Marcos de Oliveira/ Agência Senado



A crise foi deflagrada com a decisão do governo de aumentar o salário apenas dos policiais



O governo, sem uma política remuneratória adequada, nos deixa poucas alternativas, senão uma mobilização geral"

Rudinei Marques, presidente da Fonacate

quem é aliado de Bolsonaro", reprovou. "Os salários dos peritos e delegados da Polícia Federal serão muito maiores do que os dos servidores de carreira do Banco Central. A gente vai ter um risco de êxodo, de debandada, vai atrair o BC, porque nossos salários ficarão muito abaixo."

Caso a greve se confirme, a paralisação dos servidores pode ter

um efeito cascata. No caso dos servidores da Receita, a arrecadação — crucial para o governo ter dinheiro em caixa e honrar seus compromissos — fica comprometida. Foi o que explicou Roberto Piscitelli, economista e professor de finanças públicas na Universidade de Brasília (UnB). Para ele, o atual quadro é consequência de uma falta

de coerência e planejamento remuneratório por parte do governo.

"As diferenças se tornam maiores, e a sensação de injustiça é crescente, porque, enquanto algumas categorias têm poucas dificuldades para conseguir seus reajustes, outras estão absolutamente marginalizadas", disse. "Ter servidor, há cinco anos, sem reajuste é uma coisa intolerável. As pessoas aguentam isso quando a inflação está baixa, quando há perda, mas ela não é tão acentuada. Mas quando passa de dois dígitos, fica insuportável", acrescentou.

A tendência, segundo Piscitelli, é de que, no último ano de governo, o Executivo esteja enfraquecido e envolto em diversas crises de administração pública. Com isso, as pressões de órgãos de classe devem aumentar.

Nas entrelinhas



por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Para a maioria dos brasileiros, o ano não quer acabar

O presidente Jair Bolsonaro encerrou seu expediente no fim de semana antes do Natal, porém, para a maioria dos brasileiros, parece que 2021 é um ano que não quer acabar. Aquele ditado "ano novo, vida nova" não é bem o nosso caso. As principais mazelas de 2021 não estão ficando para trás. Na prática, 2022 promete ser um ano muito difícil, duro, e brevíssimo, porque só começará a fazer a diferença quando a situação sanitária do país se normalizar. A propósito, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, para agradar ao presidente da República, faz tudo que pode para impedir que isso ocorra, haja vista, por exemplo, a omissão diante da epidemia de H3N2 (Influenza) e a sabotagem aberta à campanha de vacinação de crianças contra a covid-19.

De origem europeia, nosso calendário civil é utilizado oficialmente pela maioria dos países. Promulgado pelo Papa Gregório XIII [1] (1502-1585), em 24 de fevereiro de 1582, na bula Inter gravissimas, substituiu o calendário juliano, decretado pelo imperador romano Júlio César (100-44 a.C.), em 46 a.C. Entretanto, em 2022, o calendário que realmente fará a diferença é o eleitoral. Em 2 de outubro, escolheremos o presidente da República, os governadores, os

senadores e deputados federais, e estaduais e distritais. Eventual segundo turno para presidente e governadores poderá ocorrer em 30 de outubro.

Já a partir de 1º de janeiro, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos da administração pública, exceto em casos como calamidade pública, estado de emergência e execução orçamentária do exercício anterior. Por isso, houve tanta correria para incluir na PEC dos Precatórios, no Congresso, as verbas milionárias do chamado "orçamento secreto", R\$ 16 bilhões para emendas do seu relator. Não se pode falar a mesma coisa da ajuda aos flagelados das chuvas na Bahia, onde dezenas de cidades ficaram sob as águas dos rios, principalmente o Cachoeira. Houve destruição de casas e infraestrutura, milhares de pessoas perderam quase tudo e estão desabrigadas.

Orçamento da União

Nada disso abalou as férias de Bolsonaro, que passou o Natal em Guarujá (SP) e passará o ano-novo em Florianópolis (SC). Entre um passeio e outro de jet ski, deu-se por satisfeito com a

PARA O GOVERNO FEDERAL, TUDO PARECE NORMAL. TODOS OS ANOS, EM ALGUM LUGAR DO BRASIL, A TRAGÉDIA SE REPETE, SEM QUE SE TENHA UM PLANO PARA SOCORRER AS VÍTIMAS DAS CHUVAS

medida provisória que destinou R\$ 200 milhões para socorrer os atingidos, recursos sabidamente insuficientes para mitigar a tragédia ambiental. Como o trauma da pandemia, que ainda não acabou, o das enchentes na Bahia atravessará a virada do ano. Como sabemos — Brumadinho e Mariana estão aí para nos refrescar a memória —, o dinheiro quase nunca chega à ponta dos que perderam seus bens. O que salva o povo é a sociedade civil, com seus donativos, ou seja, o próprio povo.

Para o governo federal, parece normal. Todos os anos, em algum lugar do Brasil, a tragédia se repete, sem que se tenha um plano de contingência de rápido emprego para socorrer as vítimas das chuvas. O aumento de intensidade

e frequência dessas tragédias naturais decorre das mudanças climáticas, mas o que esperar de um governo tão negacionista, sobretudo na questão ambiental? Nem medidas de longo prazo para enfrentar os fenômenos decorrentes do aquecimento global nem medidas imediatas para socorrer as populações atingidas estão previstas na escala necessária no Orçamento da União, que foi sequestrado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para favorecer o Centrão.

É nessas horas que se tem a dimensão do absurdo de uma reserva de R\$ 16 bilhões em emendas do relator, cujos verdadeiros autores continuam no anonimato, de um total de R\$ 47 bilhões em emendas parlamentares

no Orçamento do próximo ano. Trata-se de uma vergonhosa política de clientela, que não obedece a quaisquer planejamentos ou prioridades, exceto o benefício eleitoral imediato dos parlamentares contemplados. E o que falar dos recursos destinados ao escandaloso Fundo Eleitoral de R\$ 4,9 bilhões, que também servirá para produção dos atuais mandatários do Congresso, principalmente do grupo que forma o Centrão?

Num país mais sério, com governantes mais responsáveis, uma parte desse dinheiro seria utilizada para socorrer os desabrigados da Bahia, até por uma questão de marketing político. Mas a política de clientela não gosta de transparência nem de mídia. Gosta das sombras, dos conchavos, dos acertos por fora. Na real, o Congresso brasileiro legisla para beneficiar os 10% de privilegiados que estão satisfeitos com a sua atuação, o que é uma tragédia política. Isso representa uma ameaça à democracia, na qual o Legislativo é o eixo de gravidade da relação Estado e sociedade. Em tempo: a clientela eleitoral de Bolsonaro também está muito bem contemplada com o Orçamento da União de 2022.